



## Minuta da Ata de 21 de janeiro de 2016 do Conselho Geral da EPADRV

### – Ponto prévio –

Foi aprovada, com duas abstenções, a ata da última reunião do Conselho Geral de 17 de novembro de 2015. -----

### – Ponto um –

#### **Informações.**

A Sr<sup>a</sup> Presidente do CG informou que no cumprimento do estipulado nos critérios aprovados para a participação da escola em atividades, o Sr. Diretor da escola solicitou ao CG dois pareceres, um para atividades/eventos a realizar no mês de janeiro e, outro, para a celebração de um protocolo com a Universidade Aveiro, tendo a Comissão Permanente procedido à emissão e ao envio dos mesmos.

O CG tomou conhecimento do avultado conjunto de documentos e informações solicitados ao Sr. Diretor e que serão oportunamente analisados pela Comissão Permanente. No plenário de hoje, apenas serão apreciados os documentos referentes aos financiamentos aprovados e os dos gastos efetuados. -----

### – Ponto dois –

#### **Apreciação e aprovação do relatório final de execução do plano anual de atividades (balanço do ano letivo 2014/2015).**

Neste ponto apenas se procedeu à apreciação do relatório final de execução do PAA do ano letivo de 2014/2015. O documento disponibilizado pelo Sr. Diretor somente reproduz a informação do PAA então aprovado. O relatório com a análise/reflexão propriamente dita não existe; não quantifica a taxa de execução das atividades, não há uma avaliação fundamentada nem um balanço com a respetiva execução financeira. Pelo que o desconhecimento da execução financeira constrange e prejudica qualquer proposta em termos de otimização de recursos humanos/materiais/financeiros, extensível aos subsequentes PAA da escola. -----

### – Ponto três –

#### **Análise e apreciação dos resultados escolares de 2014/2015.**

A informação dos resultados escolares enviada ao CG encontra-se dispersa por várias tabelas de dados do MISI e no corpo do email enviado pelo Sr. Diretor ao CG. Os valores e os dados devem ser melhor preparados para possibilitar a projeção de novos cursos, analisando a empregabilidade. Neste particular a análise e apreciação ficaram prejudicadas. Considerou-se pertinente haver um documento com uma reflexão emanada do órgão de gestão que versasse uma análise comparativa com o ano letivo anterior (2013/2014) assim como menções ao abandono, ao sucesso/conclusão, à

empregabilidade. Seria também pertinente haver estratégias/medidas emanadas do órgão de gestão da escola para o ano escolar em curso tendo por base a análise/reflexão dos resultados escolares de 2014/2015. Definir estratégias para o futuro, devem ser urgentes. -----

– Ponto quatro –

**Apreciação e aprovação do orçamento e plano de atividades do CG a integrar o PAA de 2015/2016.**

O orçamento e plano de atividades do CG de 2015/2016 foi aprovado por unanimidade. Já se encontra integrado no PAA deste ano letivo. Relativamente à pretensão do CG em acionar um seguro contra acidentes pessoais para os membros do CG o Sr. Diretor informou que vai realizar o seguro proposto. -----

– Ponto cinco –

**Apreciação e aprovação do PAA de 2015/2016.**

A Sr<sup>a</sup> Presidente do CG referiu que:

- o PAA deste ano engloba atividades dos diferentes polos/valências da escola, havendo na sua última versão a inclusão de atividades do polo tecnológico;
- as atividades revestem, sem dúvida, finalidades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas, numa lógica de articulação consistente das várias estruturas da escola.

O Sr. Diretor informou que as falhas foram ultrapassadas, e que todas as atividades têm uma vertente em todas as áreas de educação; adiantou também que foram incluídas as atividades do polo tecnológico com a respetiva orçamentação, estando o PAA organizado por períodos e bem mais estruturado. Informou que o curso de gestão equina absorve a maioria dos custos previstos, cerca de 30.000,00 euros.

O PAA foi aprovado por unanimidade mas sujeito às alterações aprovadas para a atividade 5 do curso técnico de gestão equina tendo ficado definido que a atividade deverá ser de dois dias, com uma previsão orçamental de 7.500,00 euros.

O Sr. Diretor pronunciou-se sobre os custos /benefícios para a escola da verba tão díspar entre os diferentes cursos da escola ao que referiu que os diretores de curso têm aqui um papel preponderante. Afirmou ao CG que está convicto que o curso de manutenção industrial vai acabar para o ano se não for revertida a situação. Realçou o facto de não irmos ter alunos num futuro próximo, havendo a necessidade de se fazerem protocolos com alunos internacionais concretamente dos Palop, no sentido de potenciarmos os cursos.

O representante do NEVA, Miguel Cordeiro, referindo-se à necessidade sentida pelas empresas no recrutamento de trabalhadores na área da manutenção industrial e que a escola tarda em dar resposta no curto prazo porque são precisos 2 a 3 anos de formação, sugeriu alocar-se uma verba

para representações/visitas da escola a, por exemplo, Cabo Verde, Angola, São Tomé ou outros países, para captar diretamente alunos.

O vice-presidente da Câmara Municipal, João Paulo, confirmou as necessidades de técnicos na área de manutenção industrial e acrescentou que é importante, também, formar técnicos na área de logística, para resposta às empresas da região.

A representante dos EE, Maria Mirassol, sugeriu a importância de divulgar as necessidades que o mercado de trabalho na região de Vagos enfrenta nas várias áreas, podendo a escola promovê-la em conjunto com a Câmara Municipal, apostando numa divulgação televisiva das potencialidades e necessidades locais. A conselheira referiu-se, também, à divulgação do curso de produção agrícola sugerindo a dinamização de, por exemplo, uma concentração de tratores.

As sugestões apontadas serão alvo de maior tratamento a curto prazo.

– Ponto seis –

### **Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento do ano económico de 2016.**

A Sr<sup>a</sup> Presidente do CG apresentou as preocupações da Comissão Permanente que se prenderam com a análise das dívidas a fornecedores e com o financiamento aprovado pelo PO CH divulgado pelo Sr. Diretor à comunidade escolar. O financiamento aprovado para o ano de 2016 é de 1 176 364,00 euros e a dívida a fornecedores até final do mês de dezembro rondava 1 147 189,78 euros. Sendo que as despesas com pessoal docente em 2015 se situaram no valor de 1 683 870 euros, devendo apontar-se como referência para 2016. A Sr<sup>a</sup> Presidente do CG referiu também que há algumas dívidas que remontam ao ano de 2013 e também um número elevado de faturas dos meses de janeiro e fevereiro de 2014.

Foi solicitada informação ao Sr. Diretor sobre saldos em análise/despesas não elegíveis, tendo este respondido que ainda não dispunha de quaisquer dados para fornecer. O Sr. Diretor informou que foram aprovados os financiamentos dos cursos dos 11<sup>o</sup> e 12<sup>o</sup> anos e que, relativamente aos cursos do 10<sup>o</sup> ano e vocacionais continua à espera das aprovações das candidaturas. O que origina que a escola está sem receber desde agosto de dois mil e quinze. Mais acrescentou que a escola terá de entregar um saldo de 50 000 euros. A Sr<sup>a</sup> Presidente do CG prosseguiu passando à análise do montante das despesas e destacou as contas: n<sup>o</sup> 65, n<sup>o</sup>68 e n<sup>o</sup>69 referentes a multas/penalidades/ juros/serviços bancários/restituições e, nas receitas, a conta n<sup>o</sup>736 referente a patrocínios/donativos que o Sr. Diretor não soube, no momento, informar a proveniência de tais receitas. Face ao panorama financeiro a Sr<sup>a</sup> Presidente do CG considerou pertinente proceder-se a uma análise comparativa com os mapas contabilísticos dos anos anteriores porque há outras situações preocupantes. A propósito, a Sr<sup>a</sup> Presidente perguntou ao Sr. Diretor se ainda tinha

presente a então situação financeira da escola no ano em que iniciou funções executivas, ao que este informou dizendo que a escola lhe foi entregue com um saldo de 200 000,00 euros mas, à época, teve de o devolver; e, acrescentou que as dívidas existem por força de todos os investimentos realizados.

As linhas orientadoras do orçamento refletem as necessidades emergentes da escola. Em face da informação contabilística/financeira disponibilizada e das dúvidas quanto ao funcionamento sustentado da escola, a Comissão Permanente propõe-se analisar a situação mais profundamente.

A representante dos EE, Maria Mirassol partilhou a sua preocupação ao referir que não existe um espaço coberto para a prática do exercício físico, tendo o Sr. Diretor respondido que foi dada autorização por parte do Presidente da Câmara, da utilização de dois espaços cobertos que existem na freguesia da Boa Hora. Além disso informou também que pode ser usado o novo polo de restauração para a prática de várias modalidades desportivas tais como ping-pong, badmington e outras, tratando-se de um espaço multifunções à disposição, se necessário, de qualquer disciplina. A representante dos EE, Maria Felix, referiu-se à falta de iluminação nas ruas circundantes da escola bem como à falta de passeios e arruamentos para as pessoas se poderem deslocar em segurança, afastadas dos automóveis que circulam na via pública. Esta situação é, de facto, uma necessidade urgente. O vice-presidente da Câmara Municipal, João Paulo, informou que estes assuntos já estão a ser executados e que a iluminação pública na lateral da escola é prioritária. O Sr. Diretor reafirmou que na construção do polo de eventos a intervenção na envolvente era da responsabilidade da escola. O documento com a definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento foi aprovado por unanimidade com a obrigatoriedade do registo em ata dos seguintes pontos às linhas orientadoras:

- a necessidade de um espaço fechado para o desporto minorada pela utilização do polo de eventos e aquisição de material necessário para as modalidades desportivas a promover;
- construção de passeios e aplicação de redutores de velocidade;
- iluminação pública na lateral da escola.

– Ponto sete –

#### **Outros assuntos de interesse para a escola.**

A Comissão Permanente, na sua reunião de 8 de janeiro de 2016 considerou relevante que o novo PEE e o RI entrem em vigência até 31 de março deste ano letivo, estabelecendo-se o marco de que em abril temos a aprovação do orçamento executado do ano económico de 2015.

O RI deverá remeter para os critérios aprovados pelo CG em 17 de novembro de 2015, para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas.

Quanto às diligências tomadas pela Comissão Permanente os conselheiros foram informados das pretensões do funcionário Duarte Santiago, ouvido a 8 de janeiro. Apurado o horário de trabalho - jornada contínua - e conhecidas as funções exercidas pelo funcionário, ficou em análise a possibilidade de alteração do horário atribuído ao funcionário de modo a que possa entregar a sua filha, menor de idade, na escola. O Diretor comunicou que a categoria de guarda noturno foi extinta e que o Sr. Duarte Santiago cumpre funções de assistente operacional. O contrato de trabalho que existe arquivado nos serviços administrativos da escola só está assinado pelo trabalhador, sem a assinatura do então responsável pela escola.

A Sr<sup>a</sup> Presidente do CG perguntou porque é que o Sr. Diretor não respondeu à solicitação do funcionário ocorrida após reunião com o pessoal não docente, tendo o mesmo informado que desde setembro de 2015 o trabalhador se faz representar por um advogado, considerando que o jurista não tem argumentos e disponibilizou-se para fazer o que lhe for pedido.

A representante do pessoal não docente, Otília Rocha, transmitiu que o funcionário Manuel Apolinário ainda aguarda pela resposta a um apelo ao Sr. Diretor para a situação da hora de entrada e de saída do trabalho ser diferente da sua esposa. O desfasamento de horários causa transtorno ao casal tendo sempre havido nestes anos todos de trabalho compreensão do órgão de gestão. O ajustamento dos horários deste casal está em estudo.

Como previsto nos critérios de avaliação do Diretor, a Comissão Permanente irá proceder à seleção de 10% de atividades do PAA para posterior conhecimento ao CG.

No seguimento das preocupações surgidas no último plenário já foi elaborado um inquérito sobre a alimentação e os serviços de alimentação da EPADRV, a aplicar aos alunos da escola.

### A Presidente do Conselho Geral

Filomena Martins



As Secretárias

Graça Eckhardt e Dina Ribau



